



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

JANELUCE LIRA DA SILVA  
WALDECY DOS SANTOS CANCELA

**AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO  
AO DEFICIENTE VISUAL (CAP/AP) ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO EM  
BRAILLE DA PESSOA CEGA**

MACAPÁ-AP  
2019

JANELUCE LIRA DA SILVA  
WALDECY DOS SANTOS CANCELA

**AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO  
AO DEFICIENTE VISUAL (CAP/AP) ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO EM  
BRAILLE DA PESSOA CEGA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Letras, da Universidade Federal do Amapá, orientado pelo Professor Silvagne Vasconcelos Duarte.

MACAPÁ-AP  
2019

JANELUCE LIRA DA SILVA  
WALDECY DOS SANTOS CANCELA

**AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO  
AO DEFICIENTE VISUAL (CAP/AP) ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO EM  
BRAILLE DA PESSOA CEGA**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Letras da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial a obtenção do título de Licenciatura.

Data: 27/02/2019

---

Prof<sup>o</sup>. Silvagne Vasconcelos Duarte

---

Dr<sup>a</sup>. Martha Christina Ferreira Zoni do Nascimento

---

Dr<sup>a</sup>. Leila do Socorro Rodrigues Feio

“Se os meus olhos não me deixam obter informações sobre homens e eventos, sobre ideias e doutrinas, terei de encontrar outra forma”.

(Louis Braille)

Dedicamos este trabalho às nossas famílias, grandes colaboradoras e incentivadoras dos nossos sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pelo dom da vida e por nos acompanhar durante os desafios desta importante jornada das nossas vidas.

Aos nossos familiares por todo apoio e compreensão pelos momentos de ausência e dedicação a este projeto.

Aos amigos que transformaram os nossos momentos de angustia em alegria.

A todos os professores que compartilharam conhecimentos e suas experiências na educação, enriquecendo nossa trajetória e desenvolvimento de nosso currículo.

E em especial ao nosso orientador Silvagne Duarte, por toda paciência, dedicação e sabedoria, que resultou na conclusão, com êxito, dessa nossa formação.

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO II: MARCO TEÓRICO</b> .....	10
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PESSOA CEGA .....	10
2.2 ENFOQUES LEGAIS E EDUCACIONAIS .....	14
2.3 PERSPECTIVAS DO ATENDIMENTO À PESSOA CEGA .....	17
2.4 A ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA CEGA .....	18
<b>CAPÍTULO III: METODOLÓGICO</b> .....	24
3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	24
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA .....	25
3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA .....	25
3.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	26
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	27
<b>CAPÍTULO IV: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	28
4.1 CONCEITOS E PERCEPÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO .....	28
4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL .....	30
4.3 PERCEPÇÃO DE PROFESSORES QUANTO À RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA .....	31
4.4 FERRAMENTAS UTILIZADAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA CEGA .....	32
4.5 PERCEPÇÕES E SABERES SOBRE A RESPONSABILIDADE PELA ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO CEGO EM BRAILLE .....	35
4.6 A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO EM BRAILLE PARA A VIDA DAS PESSOAS CEGAS .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40
<b>ANEXO</b>	

## RESUMO

Este artigo corresponde às reflexões obtidas com a investigação do projeto de pesquisa intitulado “As Percepções de Professores do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP/AP) acerca da Alfabetização em Braille da Pessoa Cega”. O objetivo principal foi investigar como ocorre este processo de alfabetização, com características tão específicas, segundo as percepções dos alfabetizadores do CAP/AP, que é a maior referência de apoio pedagógico para as pessoas cegas. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se conhecer melhor este processo de alfabetização, que está ligado diretamente à inclusão de pessoas cegas nas escolas e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Assim, foram desenvolvidos estudos bibliográficos e de campo, relacionados com: a contextualização histórica da pessoa cega, com destaque a Louis Braille; os enfoques legais e educacionais que refletem os movimentos mundiais pela inclusão; as perspectivas do atendimento à pessoa cega por intermédio dos Institutos e Centros Especializados; o processo de alfabetização da pessoa cega. Foi realizada uma pesquisa a partir do método grupo focal, o qual permitiu a coleta de informações, analisadas por meio da metodologia de abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa cumprem o objetivo de se fazer conhecida as percepções dos alfabetizadores do CAP/AP sobre o referido processo de alfabetização, os agentes envolvidos e os papéis que desenvolvem dentro dela e a importância dessa alfabetização para a vida das pessoas cegas.

**Palavras-chave:** Deficiência Visual. Alfabetização. Percepções.



## RÉSUMÉ

Cet article correspond aux réflexions obtenues avec l'investigation du projet de recherche intitulé "Les Perceptions des Enseignants du Centre de Soutien Pédagogique pour les Malvoyants (CAP/AP) sur l'alphabétisation en Braille des personnes aveugles". L'objectif principal était d'étudier comment fonctionne ce processus d'alphabétisation, avec de telles caractéristiques spécifiques, selon les perceptions des alphabétiseurs du CAP/AP, qui est la plus grande référence de soutien pédagogique aux aveugles. Cette recherche se justifie par la nécessité de mieux connaître ce processus d'alphabétisation, directement lié à l'inclusion des aveugles dans les écoles et par conséquent sur le marché du travail. Ainsi, nous avons développé des études bibliographiques et champ, sur: la contextualisation historique de l'aveugle, en particulier Louis Braille; approches juridiques et éducatives reflétant les mouvements mondiaux en faveur de l'inclusion; les perspectives de service à la personne aveugle à travers les instituts et centres d'expertise; le processus d'alphabétisation des aveugle. Une recherche a été effectuée à partir de la méthode du groupe focal, permettant la collecte d'informations, analysées selon la méthodologie de l'approche qualitative. Les résultats de la recherche remplissent l'objectif de faire connaître les perceptions des enseignants du CAP/AP sur le processus d'alphabétisation, les agents impliqués et les rôles qu'ils y jouent et l'importance de cette alphabétisation dans la vie des aveugles.

**Mots clés:** Déficience visuelle. Alphabétisation. Perceptions.

## CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo conhecer as percepções dos professores do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP/AP) acerca da Alfabetização da Pessoa Cega. Com os objetivos específicos de, apresentar como ocorre o processo desta alfabetização; identificar os agentes que o promovem e os papéis que desenvolvem dentro dele; e destacar a importância desta alfabetização para a vida das pessoas cegas ressaltando os benefícios que ela traz.

Para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa, levantamos os seguintes questionamentos: Como ocorre o processo de alfabetização da pessoa cega? Quem são os participantes deste processo e qual papel desempenham dentro dele? Qual a importância da alfabetização para a vida da pessoa cega?

O trabalho está estruturado da seguinte forma: Marco Teórico que contempla a Contextualização Histórica da Pessoa Cega baseado nos estudos de Gugel (2016); os Enfoques Legais e Educacionais foram fundamentados nos documentos legais – Constituição Federativa do Brasil (1988), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) – que compõem a legislação brasileira; as Perspectivas do Atendimento à Pessoa Cega segundo Mazzota (2005), Instituto Benjamin Constant – IBC e Fundação Dorina Nowill para Cegos; e A Alfabetização da Pessoa Cega fundamentada nos autores Vygotsky (1989-1997-2005), Piaget (2007), Freire (1989), Soares (2002) e Sá, Campos e Silva (2007).

A metodologia utilizada nessa pesquisa é do tipo mini-etnográfica, com base nos estudos de Gerhardt e Silveira (2009), com coleta de dados por meio método do grupo focal, fundamentado nos estudos de Morgado (2016), com aplicação de um roteiro de entrevista aplicado a um grupo de alfabetizadores do CAP/AP. Os dados coletados foram organizados em categorias e analisados por meio da abordagem qualitativa baseada nos estudos de Guerra (2014), os resultados nos permitiram conhecer as percepções dos professores do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP/AP) acerca da alfabetização em Braille da pessoa cega.

## **CAPÍTULO II: MARCO TEÓRICO**

A história apresenta uma série de desafios que mantinham as pessoas com deficiência excluídas socialmente. As discussões sobre o direito de igualdade e a necessidade de inclusão destas pessoas geraram movimentos mundiais que resultaram em documentos norteadores para a criação de políticas públicas e de garantias legais que promovam este direito de igualdade.

Entre tantas conquistas, a alfabetização da pessoa cega, por meio do sistema Braille, é um grande exemplo de acessibilidade, tanto na leitura e escrita, quanto ao universo de benefícios que esta autonomia traz as pessoas cegas, inclusive para acessar as informações do mundo ao seu redor. Para se entender melhor a riqueza desta alfabetização iremos explorar a Contextualização da Histórica da Pessoa Cega; os Enfoques Legais e Educacionais; as Perspectivas do Atendimento à Pessoa Cega; e A Alfabetização da Pessoa Cega, que nortearão esta temática, ainda tão desconhecida e essencial para o processo de inclusão social das pessoas cegas.

### **2.1 Contextualização Histórica da Pessoa Cega**

Não se têm vestígios de como era a relação das pessoas com deficiência e os primeiros grupos humanos da Terra. Mas a falta de abrigos adequados para a proteção contra o frio e o calor, além das difíceis condições de alimentação e sobrevivência levam os estudiosos a concluir que seria impossível a sobrevivência delas.

Já algumas evidências arqueológicas – a arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias – revelam que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência estava integrada nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraós, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). Em virtude das constantes infecções nos olhos que resultavam na cegueira do seu povo, por muito tempo o Egito Antigo foi conhecido como a Terra dos Cegos. Existem papiros com fórmulas para o tratamento de diversas doenças, inclusive a dos olhos.

Já na Grécia Antiga a intolerância às pessoas com deficiência está expressa através dos grandes pensadores como Platão, em sua obra “A República” e Aristóteles no livro “A Política”, os quais abordam o planejamento das cidades gregas e propõem que as pessoas nascidas “disformes” sejam descartadas.

Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém (PEREIRA, 1996 *apud* GUGEL, 2016, p. 47).

Em Esparta, a sociedade se dedicava à arte da guerra e o Estado subordinava a todos. Pelas leis vigentes, a família era obrigada a apresentar o bebê, ainda bem novo, a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade, que examinava e tomava conhecimento do novo cidadão. Se fosse um bebê normal e forte ele era devolvido ao pai que o criava até os 6 e 7 anos, depois disso o Estado assumia a responsabilidade de continuar a sua educação, que era dirigida para a arte de guerrear. Mas, os bebês disformes ou fracos eram tomados pelo Estado, e devido aos seus costumes eram eliminados. Só os fortes sobreviviam para servir aos propósitos de guerra.

Com o surgimento do cristianismo – uma doutrina voltada para a caridade e o amor entre as pessoas –, no Império Romano, aconteceu o combate à eliminação das crianças nascidas com deficiência, apesar dos cristãos terem sido perseguidos pelos Romanos, eles influenciaram nas visões romanas a partir do Século IV. Foi nesse período que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências.

Lemos, Venturini e Rossi (2009), em seu livro intitulado “Louis Braille: sua vida e seu sistema”, descrevem que em 4 de janeiro de 1809, na pequena cidade francesa de Coupvray, a cerca de 45km de Paris, nasceu Louis Braille. Filho de Simon René Braille, um conceituado seleiro na região. Louis se acostumou a brincar desde os primeiros passos na oficina de seu pai.

Em 1812, Louis feriu o olho esquerdo ao tentar perfurar um pedaço de couro com um objeto pontiagudo, causando uma grave hemorragia. Uma velha senhora estancou a hemorragia com compressas e um médico de Coupvray também foi chamado para tratar o garoto, mas não conseguiu eliminar o centro da infecção. Veio a conjuntivite e depois a inflamação do olho.

Alguns meses mais tarde a infecção atingiu o outro olho e a cegueira total aconteceu quando Louis estava com cinco anos. Seus pais procuraram consultar um oculista num hospital da cidade vizinha de Meaux. Mas todos os esforços foram em vão, a infecção generalizada havia destruído ambas as córneas.

Mesmo convivendo com a cegueira, Louis era um estudante exemplar: decorava e recitava as lições que ouvia. Aos 10 anos, ele conseguiu uma bolsa de estudos no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris – a primeira escola para cegos do mundo. Louis dedicou-se profundamente aos estudos, gostava de música clássica e tornou-se um excelente pianista e, mais tarde, o talentoso organista de Notre Dame des Champs.

Em agosto de 1821, Braille participou, dos preparativos e da homenagem prestada a Valentin Häuy pela Instituição da qual ele era fundador. Nesta ocasião, estiveram reunidos o fundador da primeira escola para cegos e o futuro inventor de um sistema de leitura e escrita para cegos.

Charles Barbier de la Serre (1764-1841), capitão de artilharia do exército de Louis XIII encontrava dificuldade em transmitir ordens durante a noite. Elaborou, então, um sistema de sinais em relevo, os quais combinados permitiam a transmissão das ordens militares. Esse sistema que se denominou "escrita noturna" consistia na combinação de pontos e traços em relevo que significavam ordens como: "Avance", etc. Pensando na possibilidade de uso deste sistema para a comunicação entre pessoas cegas, Barbier transformou-o num sistema de escrita denominado "Grafia Sonora".

No fim do ano de 1820, Barbier apresentou o seu sistema de ensino para o Dr. Guillié, diretor do Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris. Como o sistema era fonético, as palavras não podiam ser soletradas, exigindo um grande número de sinais para uma única palavra, tornando a decifração longa e difícil, Dr. Guillié achou o sistema muito complicado e o desencorajou, mas Barbier prometeu voltar.

Porém, em sua nova visita ao Instituto, Barbier foi recebido pelo novo Diretor Dr. Pignier, que também resistiu por achar o sistema complicado, mas alguns dias mais tarde Barbier retornou e o Dr. Pignier prometeu submeter o sistema aos seus professores e alunos. Todos experimentaram ler palavras e deram opiniões. Apesar de alguns acharem o método complicado, todos concordaram na adoção do sistema como "método auxiliar de ensino".

Louis Braille rapidamente aprendeu a usar o sistema de Barbier e praticava lendo e escrevendo com o auxílio de uma régua guia e de um estilete. Esse sistema de Barbier não permitia o conhecimento de ortografia em virtude de os sinais representarem somente sons, de não possuir símbolos para pontuação, acentos, números, símbolos matemáticos e notação musical, e, principalmente, a

complexidade de combinação tornava a leitura muito difícil e lenta, Louis Braille propôs alguns aperfeiçoamentos que foram apresentados a Barbier pelo Dr. Pignier. Apesar de Barbier reconhecer o valor dos aprimoramentos de Louis, ele defendeu os fundamentos de sua invenção por desconsiderar a necessidade da ortografia e não querer ver seu método mudado em seu fundamento básico.

Louis Braille começou então a trabalhar num sistema novo que pudesse eliminar completamente os problemas da "Grafia Sonora" de Barbier. Durante muitas noites experimentou incansavelmente sobre a régua e o estilete que ele próprio inventou e na reabertura das aulas em outubro de 1824, Louis Braille tinha sua invenção pronta. Aos 15 anos de idade Braille inventou o alfabeto Braille semelhante ao que se usa hoje, e obteve 63 combinações que representavam todas as letras do alfabeto, acentuação, pontuação e sinais matemáticos.

Em 1829 foi feita a primeira edição do "Método de Palavras Escritas, Músicas e Canções por meio de Sinais, para uso de Cegos e Adaptados para eles". No prefácio desse livro, Braille refere-se a Barbier: "Se nós temos vantagens de nosso método sobre o seu, devemos dizer em sua honra que seu método deu-nos a primeira ideia sobre o nosso próprio".

Apesar de muitas resistências para a implantação do Sistema Braille, em 1843, na cerimônia de inauguração do novo prédio do Instituto Real para Jovens Cegos, o sistema de Braille foi declarado publicamente aceito e desde então seu uso, começou a expandir-se na Europa.

Louis Braille faleceu no dia 6 de janeiro de 1852, confiante de que todo o seu trabalho não tinha sido em vão. O reconhecimento do trabalho do garoto de quinze anos que inventou um sistema de seis pontos em relevo só veio cem anos mais tarde, expandindo-se pelo mundo e transformando a vida das pessoas cegas por meio da leitura e da escrita em Braille.

O desafio do reconhecimento do sistema Braille, assim como outras possibilidades de inclusão, ganharam força por meio das discussões internacionais sobre a temática inclusiva que foram determinantes para a elaboração de diretrizes que nortearam a criação de leis e decretos que viabilizaram a construção deste processo como veremos a seguir.

## **2.2 Enfoques Legais e Educacionais**

No Brasil, a garantia do direito de igualdade das pessoas está contemplada em diferentes artigos da Constituição da República do Brasil de 1988, tendo como objetivos fundamentais explicitados no art. 3º, inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O art. 205 estabelece ainda que a educação é direito de todos, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. A base de ministração do ensino será regida por princípios, apresentados no art. 206, e conforme o inciso I buscará “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Em consonância, o art. 208, inciso III, define como dever do Estado a garantia da oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Apesar das leis garantirem direitos e determinarem obrigações, as devidas atenções a esta temática de inclusão só ganharam força com as discussões mundiais como: Declaração Jomtien (Tailândia/1990); Declaração de Salamanca (Espanha/1994); Convenção de Guatemala (Guatemala/1999); Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU/2006).

Estes movimentos mundiais foram fundamentais para a reflexão sobre a necessidade de inclusão e influenciaram na elaboração de documentos importantes nesta luta, são eles: Portaria nº 2.678 de 24/09/2002 – que aprovou a diretriz e as normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille e recomendou o seu uso em todo o território nacional; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007) – que trata da acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, da implantação das salas de recursos multifuncionais e da formação docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) – traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar.

Os documentos citados acima influenciaram e impulsionaram a inclusão escolar. Podemos citar como reflexo deste momento a garantia da matrícula para todos os alunos, inclusive dos educandos com necessidades educacionais especiais por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001.

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

As diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado foram estabelecidas pelo Decreto nº 6.571 de 17/09/2008 e pela Resolução MEC CNE/CEB nº 4 de 02/10/2009 que instituíram as diretrizes operacionais para o AEE. Desta forma, cabe ao AEE à função de complementar ou suplementar a formação do aluno por intermédio da disponibilização de serviços, recursos acessíveis e estratégias para eliminação de barreiras para a sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Com o advento da inclusão cada vez mais forte, houve um grande aumento na variedade das áreas de deficiências inclusas nas escolas, sobrecarregando o atendimento especializado para elas. Essa realidade, gerou a necessidade de uma definição do público-alvo com direito ao atendimento educacional especializado – AEE, ficando definido pelo art. 4, da Resolução MEC CNE/CEB nº 4 de 2009, o seguinte público-alvo:

Art. 4. Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Ainda segundo a Resolução MEC CNE/CEB nº 4 de 2009, em seu art. 5º, o AEE deverá ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola, podendo ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado conveniados com a Secretaria de Educação.

Dentre as conquistas da inclusão, uma das mais importantes foi a criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº. 13.146 de 06/07/2015, criada com base na Convenção sobre os



Direitos das Pessoas com Deficiência, e cita em seu art. 1º, que ela é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A fundamentação legal que define quais são as pessoas com deficiência e as suas características, que está expressa na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015, compreende o impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e no seu art. 2º, estabelece a seguinte definição para elas:

Art. 2. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

As deficiências são classificadas segundo estudos específicos por área. Dentro da deficiência visual ainda existe uma divisão, sendo uma delas a cegueira, que está ligada diretamente a maior perda da visão, e a outra é a baixa-visão, que possibilita um maior uso dos resíduos visuais. Essas características estão definidas pelo Decreto nº 5.296/04, art. 5º, § 1º, I, alínea c, da seguinte forma:

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Desta forma, é importante destacar que a escrita e a leitura em Braille não são obrigatórias para todas as pessoas com deficiência visual, sendo a ampliação dos textos e imagens suficientes para a leitura das pessoas com baixa-visão. Contudo, o sistema Braille torna-se fundamental para a leitura e a escrita da pessoa cega, sendo citado no enfoque educacional sobre cegueira, de Defendi (2011, p. 9) onde, ele afirma que a pessoa cega é “aquela que tem uma perda total ou resíduo mínimo de visão que a leva a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita”, demonstrando a importância de não generalizar a área da deficiência visual e de respeitar o processo de aquisição deste sistema como veremos a seguir.

### **2.3 Perspectivas do Atendimento à Pessoa Cega**

Na perspectiva internacional, os estudos de Mazzotta (2005) revelam que as experiências consolidadas na Europa e nos Estados Unidos inspiraram alguns brasileiros a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos, mas estas iniciativas existiam de uma forma isolada e apenas um século depois, no final dos anos cinquenta, essa inclusão passou a fazer parte da política educacional brasileira.

No Brasil, a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 12 de setembro de 1854, na cidade do Rio de Janeiro, deu início ao atendimento escolar às pessoas com deficiência. Como homenagem ao ex-professor de Matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, em 24 de janeiro de 1891, esse Instituto passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant – IBC. Segundo o site oficial do Instituto, o mesmo oportuniza diversas prestações de serviços voltados a pessoa com deficiência visual conforme as suas diretrizes:

Atualmente, o Instituto Benjamin Constant vê seus objetivos redirecionados e redimensionados. É um Centro de Referência, a nível nacional, para questões da deficiência visual. Possui uma escola, capacita profissionais da área da deficiência visual, assessora escolas e instituições, realiza consultas oftalmológicas à população, reabilita, produz material especializado, impressos em Braille e publicações científicas (IBC, 2014).

Outra instituição que se destaca é a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), destinada ao atendimento de deficientes visuais. Instalada na cidade de São Paulo em março de 1946, surgiu com a finalidade de integração do deficiente visual na comunidade de uma forma auto-suficiente e produtiva, e deve sua criação aos esforços de Dorina de Gouvea Nowill, professora de deficientes visuais que ficara cega aos dezessete anos de idade. Em 1990, ela é homenageada com a mudança do nome da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB) para Fundação Dorina Nowill para Cegos.

A Fundação possui um papel muito importante na inclusão das pessoas com deficiência visual. Por meio da produção e distribuição gratuita de versões de livros em Braille e em áudio, para pessoas com deficiência visual. Segundo o seu site oficial da fundação, este processo de inclusão social se dá por meio do gerenciamento da informação em Braille, como podemos ver no trecho transcrito a seguir:

Há mais de seis décadas, a Fundação Dorina tem se dedicado à inclusão social das pessoas com deficiência visual, por meio da produção e distribuição gratuita de livros Braille, falados e digitais acessíveis, diretamente para pessoas com deficiência visual e para mais de 1.400 escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil. A Fundação Dorina Nowill para Cegos também oferece, gratuitamente, programas de serviços especializados à pessoa com deficiência visual e sua família, nas áreas de educação especial, reabilitação, clínica de visão subnormal e empregabilidade (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2014).

Por fim, a Educação Especial no Estado do Amapá que teve início em 1966, com o surgimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que foi a primeira a ofertar atendimento educacional às pessoas com deficiência com direcionamento apenas para a área da deficiência mental.

Em 29 de novembro de 2001, a área da deficiência visual é contemplada com um centro especializado. Criado através do decreto nº 3711 de 29 de novembro de 2001 e institucionalizado pelo Ministério da Educação em parceria com o Estado, o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP/AP, dividido em quatro núcleos – Núcleo de Produção Braille; Núcleo Didático Pedagógico; Núcleo de Convivência e Núcleo de Tecnologia –, atua como uma unidade de serviços de apoio pedagógico aos deficientes visuais e suplementação didático-pedagógica ao sistema de ensino, possibilitando as pessoas cegas e com baixa visão o alcance ao currículo escolar desenvolvido na escola de ensino regular, assim como acesso à pesquisa e à cultura, além de promover a formação continuada de professores e comunidade.

O Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual é um órgão institucionalizado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial é o resultado de um trabalho em conjunto com as entidades filiadas à União Brasileira de Cegos (Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais, Instituto Benjamin Constant e Fundação Dorina Nowill para Cegos).

O trabalho desenvolvido pelo CAP/AP é essencial para a autonomia, segurança, independência e qualidade de vida dos alunos cegos nas classes comuns. Vale ressaltar, que este processo necessita do envolvimento tanto da escola, quanto da família e do suporte especializado para que a inclusão destes alunos aconteça de uma forma verdadeira no ambiente escolar e sociedade.

#### **2.4 A Alfabetização da Pessoa Cega**

Para Freire (1989) a importância do ato de ler aborda a leitura do mundo como precursora da leitura da palavra, e a leitura crítica passa a depender da compreensão

da relação entre elas. Sua importância “não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (p. 9). Afirma ainda que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (p. 9).

Freire (1989) relata ainda sobre suas lembranças de quando mais jovem, como a compreensão crítica da importância do ato de ler foi construída nele: “Primeiro, a “leitura” do mundo, do pequeno mundo em que me movia; depois, a leitura da palavra que nem sempre, ao longo de minha escolarização, foi a leitura da “palavramundo” (p.9).

Para ele a primeira leitura se inicia na observação do mundo ao nosso redor, ainda enquanto criança, onde passamos a observar os ambientes que nos cercam, as formas de como somos criados, e reagimos a essas percepções com o aprendizado do andar, do falar, do interagir com os outros. A partir das interações com estes aprendizados e com as pessoas, nosso contexto se torna mais amplo, sem ao menos termos apreendido as letras.

A leitura da sentença, de uma frase e até mesmo de uma palavra, não significa fazer a ruptura com o mundo, muito pelo contrário, quando as crianças estão sendo alfabetizadas e possuem a vivência das palavras, elas conseguem entender e aplicar em seu contexto. Não devemos reduzir o conhecimento de mundo dos alunos, para enfatizar em memorização mecânica, mas sim aplicar o aprendizado por meio de uma significação profunda. Segundo Freire (1989, p.12) a leitura de um texto, não resulta em conhecimento do objeto, mesmo que memorizado, mas por meio da significação profunda, que ocorre com o contexto somos capazes de saber, de memoriza-la, de fixá-la.

Para Vygotsky (1989, p. 62), “[...] é importante aprender a ler e não simplesmente ver as letras”. A alfabetização de uma pessoa que enxerga e de uma pessoa que não enxerga são iguais em seus objetivos, e perpassa pela leitura dos textos escritos e da compreensão dos seus contextos. Estes processos diferenciam-se nas mais variadas formas que os alfabetizados se relacionam com os ambientes de alfabetização e nas ferramentas específicas utilizadas para cada caso.

Os mesmos métodos de alfabetização empregados para as pessoas videntes podem ser usados com as pessoas cegas, sendo necessárias, entretanto, a realização das devidas adaptações que atendam as especificidades das pessoas cegas. Dada a particularidade perceptivo-tátil do sistema Braille, os autores Campos, Sá e Silva (2007), consideram que em virtude da característica de partir da unidade para o todo, o método sintético é um dos que dão maior resultado para alfabetizar crianças cegas, enquanto que o método analítico parte do todo para a unidade e se distancia mais das características do sistema Braille. Porém isso não é determinante, a escolha do método de alfabetização mais adequado precisa considerar primeiramente o sujeito que aprende, os conhecimentos que ele possui e a forma dele se relacionar com o objeto de estudo.

Segundo Mosquera (2010, p. 84) “qualquer método pode ser usado, desde que respeitem as necessidades de compreensão da natureza perceptivo-tátil e não visual adotada no ensino de crianças deficientes visuais”. O mais importante que o método é a forma em que ele é trabalhado, selecionando conteúdos significativos, ensinado as regras e convenções da língua escrita, e desenvolvendo o senso de que a leitura e a escrita são instrumentos de comunicação, de informação e de expressão do pensamento humano.

O papel da família é essencial para o processo de aprendizagem, pois ela possui informações detalhadas sobre os seus membros e a troca destas informações com a escola embasa um trabalho de acordo com o perfil do aprendiz. Em contrapartida, a escola precisa compartilhar com as famílias o universo escolar para que ele seja estendido até os lares dando continuidade neste processo dinâmico da aprendizagem. Nas palavras de Piaget (2007),

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades [...] (p.50)

O letramento da pessoa cega torna-se fundamental para o seu processo de autonomia, segurança, independência e qualidade de vida. Apenas dominar os códigos em Braille não possibilita a criticidade e aplicação social dos conhecimentos, é necessário compreender o que essa leitura apresenta. Dessa forma o professor

possui uma grande responsabilidade em trabalhar tanto a habilidade para a decodificação da escrita em Braille, quanto a capacidade de apropriação de todos os conhecimentos dos textos, das entre linhas, das informações obtidas pelos sentidos remanescentes e das experiências de vida, transformando-os em aplicações práticas no seu cotidiano.

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever. Já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2002, p. 40).

Os ambientes sociais são responsáveis por grande parte das construções dos conhecimentos, e as pessoas cegas também absorvem destes ambientes – por meio dos sentidos remanescentes do seu sistema sensorial – informações estas que constroem sua formação cidadã, neste sentido, o letramento é uma das grandes conquistas para a autonomia da pessoa cega.

O tato possibilita a percepção das sensações táteis presentes em todo o corpo, por meio dele é possível sentir as texturas, as diferentes temperaturas, os pesos, os tamanhos, os formatos, entre tantas outras relações dos ambientes com a pele. É pelo intermédio dele que as pessoas com deficiência visual conhecem o mundo ao seu redor e possibilita definirem imagens mentais dos objetos manuseados e explorados com as mãos reconhecendo-os mediante ao toque.

O Braille permite ao deficiente visual a entrada no mundo simbólico da leitura e da escrita, mas é preciso entender este sistema como algo muito além de uma versão de papel e caneta para deficiente visual escrever. Para Vygotsky (1997, p. 77), “[...] Um ponto do sistema Braille fez mais pelos cegos que milhares de filantropos; a possibilidade de ler e de escrever resultou ser mais importante que o "sexto sentido" e a agudeza do tato e da audição”. No campo educacional, a escrita Braille permite aos cegos a possibilidade de ler promovendo sua autonomia na aquisição de informações por intermédio da leitura em Braille, assim como também, escrever registrando as suas ideias.

Desta forma o tato torna-se tão importante no processo de leitura, escrita e de relação do deficiente visual com os objetos de aprendizagem, é necessário que

desenvolvam a destreza tátil além dos conceitos numéricos e orientação espacial necessários para este processo. Para Dias de Sá (apud GABLAGLIA, 2009):

As letras, em Braille, são combinações de seis pontos em duas colunas, o que envolve conceitos numéricos e orientação espacial. Estas noções são muito importantes para a percepção e reprodução das semelhanças e diferenças das combinações dos pontos que representam as letras. O tato, a destreza tátil e a coordenação bimanual precisam estar bem desenvolvidos, pois tanto a técnica da leitura quanto a escrita das letras dependem de movimentos sincronizados das mãos e da percepção tátil de diferenças, bem sutis. A escrita em relevo, realizada com a reglete, possui convenções que diferem das convenções da escrita em tinta ou mesmo da escrita em relevo realizada por meio da máquina de escrever em Braille. No caso da reglete, a escrita é feita em sentido contrário, isto é, escreve-se da direita para a esquerda de um lado da folha de papel, enquanto se lê da esquerda para a direita no verso da folha.

O sistema Braille é conhecido, mundialmente, como a forma de escrita e leitura das pessoas cegas. Este sistema de leitura tátil se baseia na combinação de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas verticais e compostas por três pontos, sendo a coluna da esquerda, de cima para baixo, os pontos 1, 2, 3 e a coluna da direita, de cima para baixo, os pontos 4, 5, 6. As combinações desses seis pontos formam o sistema Braille, que se vale de 63 combinações para formá-lo.

A escrita Braille é realizada por meio da utilização da reglete e punção ou de máquina de escrever em Braille. As regletes ainda são muito usadas pelas pessoas cegas, sejam modelos de mesa ou de bolso, consistem essencialmente de duas placas de metal ou plástico, fixas de um lado com dobradiças, de modo a permitir a introdução do papel. A placa superior funciona como uma régua e possui janelas correspondentes às celas Braille. Ponto por ponto, a pessoa cega, com o punção, forma o símbolo Braille correspondente às letras, números ou abreviaturas desejadas.

Na reglete, a escrita Braille é realizada da direita para a esquerda, de forma espelhada, para que a leitura seja realizada da esquerda para a direita. A escrita na reglete pode tornar-se tão automática para o cego quanto a escrita com o lápis para o vidente. Sá, Campos e Silva (2007) fazem a seguinte descrição destas ferramentas:

A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas Braille dispostas em linhas horizontais sobre uma base plana. O punção é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pêra ou anatômico, com ponta metálica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela Braille. O movimento de perfuração deve ser realizado da direita para a esquerda para produzir a escrita em relevo de forma não espelhada. Já a leitura é realizada da esquerda para a direita. Esse processo de escrita tem a desvantagem de ser lento devido à perfuração de cada ponto, exige boa coordenação motora e dificulta a correção de erros (p. 24).

Para chegar no uso destas ferramentas específicas para a escrita Braille, os alfabetizadores abusam do uso de materiais táteis – brinquedos com diferentes formas e texturas, massinha de modelar, argila – para estimular a sensibilidade tátil e a coordenação motora necessária para o manejo destes recursos. Os recursos pedagógicos como desenhos, gráficos, diagramas e gravuras são adaptados e ganham versões em relevo ou contrastes de texturas, sendo algumas adaptações realizadas pelo próprio professor do AEE, nas salas de recursos multifuncionais, e outros pelo CAP/AP, que também realiza transcrições de provas, exercícios e de qualquer outro tipo de texto para o sistema Braille e assim dão suporte nas adequações necessárias para o acesso a informações da pessoa cega.

A alfabetização em Braille apresentada demonstrou requerer uma atenção de diferentes pessoas com responsabilidades particulares, realizando procedimentos específicos, em ambientes distintos, nas muitas etapas dessa alfabetização. A ausência ou participação de cada um desses agentes reflete diretamente nos resultados deste processo.

Assim, a reflexão deste contexto de aprendizado gerou novos saberes que colaboram para uma visão mais ampla e esclarecedora dessa temática, segundo as percepções do alfabetizadores do CAP/AP, contribuindo para que os professores das classes comuns, professores do AEE, família, CAP e todos quanto mais estiverem envolvidos no processo de alfabetização da pessoa cega compreendam e assumam o seu papel diante da importância dessa alfabetização para a autonomia e inclusão social da pessoa cega.



### **CAPÍTULO III: METODOLÓGICO**

Para este estudo sobre as percepções dos alfabetizadores do CAP/AP, à cerca do processo de alfabetização em Braille da pessoa cega, realizamos uma pesquisa do tipo mini-etnográfica a qual nos possibilitou conhecer tanto o processo, quanto as relações que ocorrem entre aluno, escola, professor e família dentro dele, segundo as percepções dos alfabetizadores. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 41):

A pesquisa etnográfica pode ser entendida como o estudo de um grupo ou povo. As características específicas da pesquisa etnográfica são: o uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documentos; a interação entre pesquisador e objeto pesquisado; a flexibilidade para modificar os rumos da pesquisa; a ênfase no processo, e não nos resultados finais; a visão dos sujeitos pesquisados sobre suas experiências; a não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado; a variação do período, que pode ser de semanas, de meses e até de anos; a coleta dos dados descritivos, transcritos literalmente para a utilização no relatório.

As características de flexibilidade e interação entre o pesquisador e o objeto de estudo desta pesquisa etnográfica, possibilitaram uma coleta de dados mais ampla para este estudo, permitindo uma maior liberdade dos relatos das experiências dos alfabetizadores, das suas impressões, e das suas particularidades que influenciaram nas suas práticas como veremos a seguir.

#### **3.1 Participantes da Pesquisa**

A pesquisa contou com a colaboração de três alfabetizadores do CAP/AP. No intuito de apresentar as suas características profissionais, estaremos expondo um breve perfil dos mesmos. Para preservar-lhes o anonimato, utilizaremos a inicial “A” (alfabetizador), seguida de um número correspondente a cada entrevistado.

A entrevistada A1 trabalha como alfabetizadora de pessoas cegas no CAP/AP, é professora do quadro do Governo Federal, é cega, perdeu a visão em 1992, foi reabilitada em 1994, desde então trabalha como alfabetizadora e na reabilitação de pessoas cegas. Formada em Magistério, graduada em Pedagogia e especialista em Educação Especial.

O entrevistado A2 trabalha como alfabetizador de pessoas cegas no CAP/AP, é professor do quadro do Governo do Estado do Amapá, é cego, foi alfabetizado em Braille em 1982, formado em Magistério 1987, começou a alfabetizar em 1990, é graduado em Pedagogia e especializado em Educação Especial pelo Instituto Benjamin Constant – IBC.

A entrevistada A3 trabalha como alfabetizadora de pessoas cegas no CAP/AP desde 2005, é professora do quadro Governo do Estado do Amapá, é vidente, graduada em História, especialista em Educação Especial e cursa o mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

### **3.2 Contexto da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada no período de 06 de janeiro a 14 de fevereiro de 2014, no Centro de Apoio pedagógico ao Deficiente Visual – CAP/AP, a maior referência na área da deficiência visual dentro do Estado do Amapá, possuindo os recursos tecnológicos mais recentes – impressoras Braille, lupas eletrônicas, *softwares* para acessibilidade – além de profissionais experientes na alfabetização de pessoas cegas e atualizados sobre a área da deficiência visual.

### **3.3 Instrumentos de Pesquisa**

Os instrumentos de pesquisa foram selecionados com o objetivo de se envolver com o contexto em que ocorre o processo de alfabetização da pessoa cega para interagir com o objeto de pesquisa. De registrar todos os dados coletados no campo para interpretar e entender como ocorre este fenômeno à luz da sua subjetividade. Desta forma, usamos a abordagem qualitativa neste estudo, que para Guerra (2014, p.11):

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, temos os seguintes elementos fundamentais em um processo de investigação: 1) a interação entre o objeto de estudo e pesquisador; 2) o registro de dados ou informações coletadas; 3) a interpretação/ explicação do pesquisador.

Em virtude da referida abordagem, este estudo deu-se com base no método do grupo focal, que segundo Morgan (1996 *apud* MORGADO, 2016, p. 2) “é uma técnica de pesquisa qualitativa que se caracteriza por diferentes formas de trabalho em grupo, nos quais um conjunto de pessoas são selecionadas e reunidas por pesquisadores para refletir e discutir um tema a partir de experiências pessoais”. Esta técnica consiste na produção de dados que envolvem a formação de um grupo com características comuns, conduzida por um moderador, que direciona as questões de discussão dos

participantes. Com base nessa técnica, é proporcionada a reflexão por meio da troca de ideias, experiências, sentimentos, crenças, comportamentos e pontos de vista dos indivíduos.

Fundamentado nessas considerações, o recrutamento dos participantes ocorreu em função da temática de alfabetização da pessoa cega; o local escolhido se refere ao lugar no qual ocorre este processo de alfabetização; e a participação de dois moderadores de grupo para a aplicação do roteiro de entrevista com as questões a serem investigadas.

### **3.4 Coleta e Análise dos Dados**

As informações coletadas nessa pesquisa contaram com a participação de 03 alfabetizadores do CAP/AP, selecionadas de forma intencional, por participarem do processo de alfabetização de pessoas cegas. Para captação dos participantes, inicialmente, foram realizadas visitas ao Centro de Apoio pedagógico ao Deficiente Visual – CAP/AP, com o objetivo de explicar o projeto de pesquisa e convidar os alfabetizadores do referido centro, a colaborarem com este estudo.

A coleta dos dados foi realizada com aplicação da técnica de grupo focal, por meio de um roteiro de 10 perguntas, elaborado como guia da temática e norteador da sistematização dos questionamentos e dos objetivos do encontro. Este instrumento foi utilizado com total flexibilidade para incorporar outros tópicos relevantes para os participantes e para a questão em estudo.

As dificuldades de reunir fizeram com que as tentativas de encontro nos dias 20 e 27 de janeiro de 2014, fossem canceladas devido à ausência de parte dos convidados. Nosso encontro foi remarcado para o dia 03 de janeiro de 2014, quando conseguimos reunir todos os convidados e realizar essa pesquisa que teve duração de uma hora e trinta minutos.

O encontro aconteceu na sala de produção de material em Braille do CAP/AP, com a participação de três alfabetizadores do CAP/AP e de dois moderadores. Os registros das respostas foram realizados por meio de anotações dos moderadores e para possibilitar a leitura das manifestações corporais, tonalidades de voz e outras expressões, que complementam as informações verbalizadas, foi feita a filmagem dos participantes durante toda pesquisa.

Após a acomodação dos participantes, os moderadores explicaram que seriam realizadas 10 perguntas, uma de cada vez, e que cada um poderia manifestar-se

sobre elas, sempre respeitando a fala do outro. Apesar de aguardarem a vez de falarem, da primeira à última pergunta, eles não discordaram entre si, pelo contrário, sempre afirmavam ou complementavam a fala do outro.

### **3.5 Procedimentos de Análise**

**4.1** Esta etapa foi muito importante para o resultado desse estudo, pois os procedimentos de análise exigiram uma organização minuciosa de todas as informações, resgatando todos os detalhes coletados na pesquisa de campo, revendo as anotações e a gravação da entrevista em vídeo. Para facilitar a análise da pesquisa realizada com os alfabetizadores do CAP/AP, os dados levantados e registrados por meio de anotações e gravação em vídeo, foram organizados de acordo com as seguintes categorias de análise: Conceitos e Percepções sobre Alfabetização; Formação Continuada sobre Deficiência Visual; Percepção de Professores quanto à Relação Família e Escola; Ferramentas Utilizadas no Processo de Alfabetização da Pessoa Cega; Percepções e Saberes sobre a Responsabilidade pela Alfabetização do Aluno Cego em Braille; e A Importância da Alfabetização em Braille para a Vida das Pessoas Cegas.

Finalmente, realizamos a análise das percepções dos alfabetizadores do CAP/AP por meio do estudo de todos os dados levantados na pesquisa. Assistimos a gravação por pergunta, realizamos as anotações sobre os pontos-chaves das respostas e a transcrição na íntegra dos trechos principais das falas dos alfabetizadores para fundamentar cada análise de acordo com as categorias, que serão apresentadas a seguir.

## CAPÍTULO IV: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base nas leituras bibliográficas sobre a temática e nas percepções dos alfabetizadores do CAP/AP – alfabetizadora **A1**, professora federal, cega; alfabetizador **A2**, professor do Governo do Estado do Amapá, cego; e alfabetizadora **A3**, professora do Governo do Estado do Amapá, vidente – a pesquisa apresentou dados importantes sobre as características da alfabetização da pessoa cega, tanto dos pontos positivos que ela traz consigo, quanto dos pontos negativos que desafiam este tipo de alfabetização, possibilitando uma rica leitura e reflexão sobre esta importante ferramenta de inclusão social.

### 4.1 Conceitos e Percepções sobre Alfabetização

A alfabetização possui diferentes linhas de pesquisa que fundamentam suas práticas e não necessariamente uma está certa e a outra está errada. É muito importante conhecer as percepções dos alfabetizadores sobre a alfabetização, isso ajuda a entender as etapas do processo utilizado por eles e o que esperar como resultados deste processo de ensino.

Segundo a **A1**, a alfabetização perpassa pelo domínio dos códigos tanto para a leitura, quanto para a escrita e o uso correto das regras aplicadas a estrutura da língua. Mas ela considera que a alfabetização vai muito além dessa decodificação, esse processo requer a aplicação prática dos textos na vida da pessoa alfabetizada e a percepção do valor das informações de cada documento decifrado pela pessoa cega, e só assim ela poderá ser considerada alfabetizada.

[...] eu só posso dizer que essa criança tá realmente alfabetizada quando ela consegue não só ler e escrever, mas ela analisar, ela ser crítica, ela poder dar, emitir opiniões, né e tá realmente preparada para discutir é sobre a vida, sobre o dia a dia, sobre as questões do mundo, não é só dizer assim, “**-há ela já sabe ler e escrever em Braille que ela tá alfabetizada**”, mas ela tem que saber analisar, tem que saber organizar, estruturar frases, pensamentos né e envolve dentro da alfabetização em Braille, é não é só Braille, a disciplina Braille, mas outras disciplinas também [...] (informação verbal, *grifo nosso*).

Esta concepção de domínio tanto dos códigos do sistema de leitura e escrita, quanto a aplicação social ao seu uso é compartilhada por Soares (2002) a qual define o agente desse processo como sujeito letrado. Para a autora o indivíduo letrado é aquele que não só sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, ou seja aquele que consegue transpor a leitura para a apropriação do texto.

Outra característica importante da alfabetização da pessoa cega é a necessidade do aprendizado da letra cursiva para assinatura obrigatória de documentos, pois não importa se ela já sabe ler e escrever em Braille, pois a mesma segue um padrão que não diferencia de uma pessoa para a outra. **A1** destaca que sem o aprendizado da assinatura em tinta a pessoa cega ainda será considerada não alfabetizada, mesmo que domine a leitura e escrita em Braille.

[...] se ela não desenvolve essa habilidade de escrever o nome dela em tinta ocorre que, por exemplo, quando chegar lá na faculdade ou quando ela for assinar um documento qualquer, ela vai ser colocada como não alfabetizada, por que Braille não conta como assinatura, então a gente tem que pensar todos esses aspectos pra dizer que a criança está realmente alfabetizada, não priorizar somente o Braille” [...] (informação verbal).

O conceito de alfabetização apresentado pela **A1** é defendido pelo **A2**, ele ainda ressalta a importância do domínio do sistema Braille pela pessoa cega. Para ele, o acesso das pessoas cegas aos conhecimentos registrados nos livros e o avanço delas nos estudos está relacionado ao domínio do sistema Braille, pois é ele quem possibilita a leitura e escrita da pessoa cega.

[...] complementando [...] se ele não aprender o método do sistema Braille, não vai ter como ele continuar, terminar o ensino médio, não dá, ingressar numa universidade e se uma pessoa cega não aprende o Braille, e não tem como ele dizer que sabe ler e escrever, se ele não ler em tinta, não ler em Braille, qual é a possibilidade dela pegar um texto e ela ler? [...] Não tem como [...] (informação verbal).

Ainda sobre o conceito de alfabetização, a **A3** segue a linha dos demais alfabetizadores e destaca a importância da função social da alfabetização. Para ela a alfabetização (informação verbal) “é esse domínio da leitura e da escrita de forma crítica, de forma que consiga ler, analisar e entender aquilo que ele está lendo”.

Para Freire (1989, p. 9), a linguagem e realidade estão ligadas dinamicamente e a percepção das relações entre o texto e o contexto é o que possibilita a sua leitura crítica. Em outras palavras, é essa capacidade de refletir sobre a própria realidade, de percebê-la dentro da sociedade, de questioná-la, e de aplicá-la nos textos, conhecendo-os, contextualizando-os e questionando as intenções de suas construções.

## 4.2 Formação Continuada sobre Deficiência Visual

A formação continuada é uma forma tanto de atualização de informações, quanto de aquisição de conhecimentos em novas áreas. Com o aumento do processo de inclusão de pessoas com deficiência nas classes comuns das escolas, ficou cada vez mais urgente, a necessidade do aprendizado sobre como trabalhar com as pessoas com deficiência para tornar esses espaços de aprendizagem realmente inclusivos na prática.

Em virtude dessa demanda em busca de informações sobre a deficiência visual, o CAP/AP realiza formação continuada – Braille, soroban, orientação e mobilidade – para professores e comunidade durante todo ano. Apesar de contribuir com a formação de muitos professores, segundo os alfabetizadores, a falta de conhecimento sobre a deficiência visual, entre eles, ainda é muito grande gerando um desespero quando se deparam com uma criança cega que eles terão que alfabetizar, levando os professores até o CAP/AP em busca de receitas prontas que não existem.

Essa falta de conhecimento é destacada pela **A3** que declara (informação verbal) “eles ficam em desespero porque não sabem como trabalhar e buscam, às vezes, aqui, o Centro, atrás de uma receita pronta que eles possam aplicar na escola, só que isso não existe”. É necessário um envolvimento de todos os agentes deste processo de alfabetização da criança cega em conhecer mais sobre a deficiência visual, as possibilidades de aprendizagem e assim fundamentarem suas práticas e atenderem as necessidades que ela carece.

Segundo **A1**, o problema não está na falta de cursos de formação na área visual, pois o CAP/AP oferece estes cursos gratuitamente, mas na falta de interesse por estes cursos e no descaso com a área da educação especial. Ainda segundo ela, estes fatores são responsáveis pela falta de qualidade na educação especial, ficando os méritos pelos benefícios conquistados nesta área para as pessoas com deficiência ou para as pessoas ligadas diretamente a elas.

Eu vejo como descaso, tudo que é voltado pra educação especial [...] por exemplo, olha, ontem, nós estamos em um curso de formação continuada onde quarenta e uma pessoas se inscreveram pra fazer esse curso de formação continuada, ele é por módulo e das quarenta e uma pessoas, hoje apareceram dezessete pessoas só, é educação especial [...] os maiores ganhos sobre educação especial ela não vem de proposta de governo, ela não vem de boas ações do governo, ela vem de luta, de luta de pessoa com deficiência ou que tem alguma pessoa com deficiência na família né, os pais de uma criança que lutam pra ver realmente que acreditam e que lutam por isso [...] (informação verbal).

Os cursos de formação continuada são muito importantes no que diz respeito ao aprendizado de novos conhecimentos, ensinando técnicas, trocando experiências e até mesmo sensibilizando os participantes para a aplicação prática dessas novas informações. Mas essas formações estão sujeitas aos objetivos individuais dos envolvidos que podem ser desde apenas uma certificação, até a última esperança de inclusão de um aluno com deficiência. É preciso que cada um reveja a sua responsabilidade no processo de inclusão e assuma uma postura proativa diante do seu papel social e das novas informações recebidas que agregam muito mais que apenas técnicas, agregam valores.

### **4.3 Percepção de Professores quanto à Relação Família e Escola**

A participação da família nas atividades dos seus membros sempre foi muito importante e esse compartilhamento de momentos agrega grande valor emocional que reflete nos resultados dessas atividades. Na escola não é diferente, e por ser um espaço de construção de conhecimentos, a presença da família valoriza esse processo de ensino aprendizagem, acompanhando de perto os conflitos gerados nas frustrações e celebrando cada nova conquista.

Para **A1** a alfabetização da pessoa cega requer o envolvimento de todos e a relação da família com a escola torna-se essencial para o sucesso desse processo de alfabetização, mas a ausência de muitas famílias dentro desta construção é muito grande, além do preconceito dentro dela. A família deveria ser a primeira a acreditar na superação do filho com deficiência e se dedicar para novas conquistas. Mas é comum os pais priorizarem tempo, atividades educativas e de lazer para os filhos sem deficiência e excluïrem desses investimentos o filho cego.

[...] ela disponibiliza todo o tempo dela pros filhos que não tem deficiência, ou seja, eles colocam pra fazer reforço, eles levam pra desenvolver outras atividades, enquanto que a outra criança deficiente visual até pra trazer no contraturno pra fazer os atendimentos a gente tem dificuldade de trazê-los pra cá [...] (informação verbal).

A alfabetização da pessoa cega perpassa por diferentes aprendizados que englobam o ensino do sistema Braille, exercícios de coordenação motora para a leitura e escrita, o treinamento da orientação e mobilidade, além das atividades da vida diária que somados contribuem para a autonomia, segurança, independência e qualidade



de vida da pessoa cega tanto no acesso à leitura e escrita quanto no deslocamento para os espaços de aprendizagem.

Toda essa aprendizagem requer uma continuidade fora do espaço de atendimento especializado e a participação da família torna-se crucial para conhecer tudo que está sendo trabalhado na escola, em especial, as ferramentas de autonomia para a criança cega que devem ser aplicadas de forma prática nos ambientes sociais, estendendo este aprendizado a todos os espaços do cotidiano deste aluno.

Esse envolvimento da família com a escola é destacado pelo **A2**, que afirma, (informação verbal) “se ele tivesse esse envolvimento na escola com os professores, conhecimento do trabalho que é feito, eles davam uma continuidade a esse aluno em casa”. Os trabalhos para a autonomia da pessoa cega que são realizados na escola alcançam as mais diferentes áreas, e são fundamentais para o desenvolvimento dessa criança, e necessita estender-se até a casa, até a família.

[...] é uma preparação que aqui envolve a aprendizagem da escrita do sistema Braille, escrita e leitura, o soroban, a orientação e mobilidade que é o que dá a independência da pessoa cega em se locomover e atividade da vida diária, isso é de suma importância, então porque que é prejudicado o aluno nesse caso, se ele recebe o tratamento na atividade da vida diária para ela acender fogão fazendo alguma coisa se a família, se ela não acompanha não vai deixar ela fazer [...] (informação verbal).

Para Piaget (2007, p. 50) “Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades”. As famílias possuem informações essenciais das crianças para o processo de ensino nas escolas e as escolas precisam que os conhecimentos trabalhados nela se estendam até as famílias tornando todos participantes ativos desse processo.

#### **4.4 Ferramentas Utilizadas no Processo de Alfabetização da Pessoa Cega**

Com um universo de alunos, que aprendem de formas diferentes, a escolha do método de trabalho pode variar tanto de um aluno para o outro, quanto de um professor para o outro e os mesmos métodos de alfabetização empregados para as pessoas videntes podem ser usados com as pessoas cegas, resguardando as suas devidas adaptações.

Dada a particularidade perceptivo-tátil do sistema Braille, os autores Campos, Sá e Silva (2007), consideram que em virtude da característica de partir da unidade

para o todo, o método sintético é um dos que dão maior resultado para alfabetizar crianças cegas, enquanto que o método analítico parte do todo para a unidade e se distancia mais das características do sistema Braille. Porém, isso não é determinante, a escolha do método de alfabetização mais adequado precisa considerar primeiramente o sujeito que aprende, os conhecimentos que ele possui e a forma dele relacionar-se com o objeto de estudo.

Para os alfabetizadores **A1** e **A2** não existe um método de alfabetização específico para pessoa cega, eles alegam não existir um método e sim um norte. Segundo **A1** (informação verbal) “primeiro você tem que fazer um diagnóstico da sua criança, porque cada criança tem uma especificidade”. Nas palavras de Mosquera (2010, p. 84) “qualquer método pode ser usado, desde que respeitem as necessidades de compreensão da natureza perceptivo-tátil e não visual adotada no ensino de crianças deficientes visuais”.

Esta impressão de que toda criança cega é igual por compartilharem da mesma limitação visual, desconsidera os diferentes contextos que as diferenciam como pessoas e influenciam na sua forma de aprender e se desenvolver, exigindo abordagens diferenciadas que atendam às necessidades particulares de cada criança.

Para os alfabetizadores do CAP/AP, as metodologias de trabalho com pessoas cegas como a coordenação motora fina, coordenação motora global e técnicas de orientação e mobilidade, que precisam ser trabalhadas desde o início, permanecem iguais até hoje, mas ganharam novas identidades nas suas construções. O exemplo prático da **A1** revela um pouco sobre essa ressignificação.

[...] mas eu tenho que trabalhar a questão bolinha de papel porque o meu aluno precisa desenvolver a capacidade da leitura, aí eu digo sim o que é que você vai fazer, cole bolinhas de papel no tronco da árvore alta e fure com punção o tronco da árvore baixa, aí eu estou trabalhando a habilidade tanto pra leitura quanto pra escrita. Quando eu estou mandando ele colar bolinha ele vai fazer a bolinha que é uma atividade que eu via lá no início em 94, mas que eu fazia só rasgar o papel e fazia bolinha que me dava um enjoo danado de fazer aquilo, eu ficava P da vida porque eu não via significado naquilo. Eu acho que hoje está muito mais dinâmico, mais prazeroso ser alfabetizado em Braille. (informação verbal).

Apesar dos relatos sobre as experiências negativas dos alfabetizadores **A1** e **A2**, em seus referidos processos de alfabetização e reabilitação, as descrições de suas práticas como alfabetizadores do CAP/AP, demonstram uma reconstrução

positiva dos seus métodos, alcançando os mesmos objetivos de coordenação proposto, mas por meio do uso de formas lúdicas e prazerosas de trabalho.

A alfabetização da pessoa cega possui algumas particularidades e as ferramentas utilizadas nela merecem um destaque, afinal é por meio delas que são realizados os registros em Braille. Sá, Campos e Silva (2007, p.24) fazem a seguinte descrição destas ferramentas: “A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas Braille [...] O punção é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pêra ou anatômico, com ponta metálica”.

O material concreto é destacado pela **A1** como uma das principais ferramentas utilizadas neste tipo de alfabetização. Segundo ela, essa manipulação do objeto oportuniza tanto a verbalização quanto o conhecimento do mesmo. Nesse contato, ele absorve e cria mapas mentais desse objeto, pois o corpo da criança e do professor também oferecem um suporte muito rico para o ensino de conceitos básicos como tamanho, comprimento, lateralidade, dentre outros.

O próprio corpo do aluno e do professor são usados como ferramentas para o ensino de conceitos básicos. **A2**, afirma (informação verbal) “a minha visão é aquilo que eu toco, eu posso trabalhar, por exemplo, todos os conceitos básicos que o meu aluno precisa utilizando o corpo dele”. Esse exemplo reforça as particularidades dessa alfabetização e a importância da relação da pessoa cega com o material concreto e como referência para a construção de seus conhecimentos.

Por serem ferramentas específicas básicas para a alfabetização da pessoa cega, a reglete e o punção são destacadas como essenciais para a escrita em Braille. A falta dessas ferramentas nas mãos dos alunos em processo de alfabetização é criticada pelos alfabetizadores que destacam a sua importância para a continuidade dos exercícios em Braille nas casas dos alunos, **A1** ainda ressalta.

[...]eu condeno quem vai alfabetizar e não dá pra uma criança uma reglete e um punção, né pra ele levar pra treinar, porque não existe, se você só aprende praticando aí eu trabalho contigo todas as combinações e mando tu ir embora pra casa aí tu não leva tua ferramenta que é essencial pra ti te aprimorar daquele processo de leitura e escrita que é a reglete e a punção que é a base [...] A1 (informação verbal).

Essa situação de querer ensinar a ler e escrever sem as ferramentas básicas pode ser comparada ao ensino da escrita para uma criança sem o caderno e o lápis. A falta desses recursos básicos compromete não só o trabalho motor necessário, mas

reflete negativamente nos aspectos emocionais importantes que motivam esse aprendizado, tornado imprescindível a posse dessas ferramentas para os alunos.

#### **4.5 Percepções e Saberes sobre a Responsabilidade pela Alfabetização do Aluno Cego em Braille**

O processo de alfabetização é considerado muito importante, e em especial para a vida da pessoa cega. Ele envolve diferentes ferramentas, ambientes e agentes com responsabilidades específicas e papéis definidos dentro dele. Considerando os desafios que envolvem essa alfabetização e a quantidade de envolvidos neste processo, de quem seria a maior responsabilidade em realizá-la?

Para os alfabetizadores a responsabilidade da alfabetização do aluno cego em Braille é colocada sobre o professor do ensino regular, mas questionam a capacidade deles em realizá-la. O **A2** questiona a legislação que responsabiliza a escola por esta alfabetização, depois de ter um Centro que poderia dar essa base para a criança cega, já que alguns professores que buscam formação no Centro não alcançam as técnicas necessárias tanto para a escrita em Braille quanto para a autonomia, segurança, independência e qualidade de vida das pessoas cegas.

Eu só queria dizer que eu sempre discordei e vou discordar até não sei quando, essa legislação que coloca essa responsabilidade pra escola, depois de ter o Centro, os professores que estão atendendo nas escolas fazem curso aqui, pra aprenderem Braille, soroban, como lidar com a pessoa cega, mas que vê que são muito mal preparados, mas que questão deles que é dado /como se trabalha aqui e eles não levam a sério isso, não aprendem direito o Braille, o soroban, acho não tem escola nenhuma que ensine pro aluno cego, sabe, a orientação e mobilidade também, a atividade da vida diária também não se leciona, então isso é toda uma preparação da pessoa cega e as escolas do ensino regular não oferecem isso (informação verbal).

A matrícula de todos os alunos nos sistemas de ensino está determinada no Art 2º da Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, que ainda encarrega às escolas da organização e garantia de condições para a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. As escolas, por sua vez, contam com o suporte do Atendimento Educacional Especializado para complementar ou suplementar a formação do aluno por intermédio da disponibilização de serviços, recursos acessíveis e estratégias para eliminação de barreiras, para a sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

#### 4.6 A Importância da Alfabetização em Braille para a Vida das Pessoas Cegas

A importância da alfabetização para a vida da pessoa cega ganha força pela possibilidade de acesso e uso dos conhecimentos para a inclusão social delas. Para a **A1**, não importa o quanto a pessoa cega seja dinâmica, ainda assim ela necessitará de uma qualificação profissional para uma ascensão social, já que a sociedade de hoje exige certificação até para profissões que antes não exigiam o estudo básico. E a continuidade dos estudos, além de promover uma valorização social, possibilita a abertura de portas de emprego.

[...] hoje até pra você ser gari você precisa ter pelo menos o ensino fundamental, porque se não você não consegue, então uma pessoa que não é alfabetizada em Braille ela com certeza não vai conseguir nunca exercer um trabalho, exercer uma profissão, porque ela precisa, eu costumo dizer assim, ela precisa ter o certificado, que é o que a sociedade exige, por mais que ela seja uma pessoa dinâmica, por mais que seja uma pessoa que fale muito bem, porque nós temos cegos assim extremamente bons de oratória, mas se ele não tiver é qualificação profissional, ele não vai ter essa ascensão social [...] o **A2** fez faculdade depois que perdeu a visão, isso pra nós foi muito relevante, porque hoje por exemplo, eu saio pra dar palestra nas escolas e essa qualificação possibilitou esse exercício desse trabalho de palestrante, é por exemplo, a minha pós graduação ela contribuiu também pra essa questão de eu ficar como orientadora de profissionais da área da educação especial [...] (informação verbal).

Segundo **A3** outro destaque para a importância da leitura e da escrita está no aumento da qualidade nas relações sociais, agregando um maior conhecimento sobre as questões do mundo, se apropriando de informações indispensáveis para a participação em discussões críticas da sociedade da qual fazem parte, e que necessitam de reflexões sobre suas realidades atuais.

O processo de leitura e escrita possibilita, independente de ser em tinta ou em Braille, ela possibilita uma pessoa a participação ativa na sociedade, então participação crítica na sociedade, uma pessoa que não lê, que não escreve, ela tem dificuldade de interagir com as pessoas, ela tem dificuldade de discutir sobre determinados assuntos e se é assim pra quem enxerga, pra quem não enxerga é da mesma forma, já foi comprovado que a leitura e a escrita desenvolvem nosso cérebro, então quanto mais você lê, mais você desenvolve o seu cérebro, mais você consegue ter uma compreensão da sociedade na qual você está inserido, uma pessoa que não lê, ela tem essa dificuldade de compreender o que tá acontecendo em sua volta, então seria isso, é possibilitar a qualquer um de nós essa participação crítica no sentido de querer mudar, de poder mudar esse meio no qual nós estamos inseridos e que se tem alguma coisa errada, eu percebo essa coisa errada e eu posso mudar, eu sei que eu posso mudar, então, agora essa compreensão é mais difícil pra quem não tem esse domínio da escrita (informação verbal).

Para os alfabetizadores, o domínio da leitura e escrita é uma forma de se apropriar dos saberes acumulados do mundo, mas o desenvolvimento da criticidade do leitor é o que lhe permitirá realizar uma avaliação dos contextos destas produções e identificar quais os seus objetivos. Soares (2002, p. 72) define esse uso da leitura e escrita como letramento, porque vai além do simples conjunto de habilidades individuais e torna-se um conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social. Desta forma, a leitura rompe o conceito raso da decodificação para um mergulho profundo nas possibilidades das entrelinhas dos textos e contextos, desconstruindo-os e se encontrando dentro deles, possibilitando aos leitores construir os próprios textos das suas histórias.

As percepções dos alfabetizadores do CAP/AP à cerca da alfabetização da pessoa cega em Braille demonstrou as particularidades deste processo e a grande importância que ele possui no processo de inclusão social dessas pessoas, seja pela possibilidade da leitura e escrita por meio de um sistema criado por Louis Braille ou pelo fato de que é possível alfabetizar uma criança cega, de acompanhar cada nova conexão que ela estabelece com o mundo.

A importância da leitura e escrita da pessoa cega, por meio do Braille é destacada por Vygotsky (1997, p. 77) ao afirmar que a possibilidade de ler e de escrever resultou ser mais importante que o "sexto sentido" e a agudeza do tato e da audição" uma conexão da pessoa cega a um universo de informações escritas, e podemos dizer que principalmente com a percepção do valor que cada texto carrega em suas, palavras, frases e textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema “As Percepções dos Professores do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP/AP) acerca da Alfabetização em Braille da Pessoa Cega”, surgiu diante do crescente número de pessoas com deficiência visual inclusos nas escolas e a falta de conhecimento dos professores das classes comuns para trabalharem as especificidades que este tipo de alfabetização requer.

Como o objetivo de apresentar o processo desta alfabetização, a identificação dos agentes que o promovem e os papéis que desenvolvem dentro dele, bem como a importância desta alfabetização para a vida das pessoas cegas, levantamos os seguintes questionamentos: Como ocorre o processo de alfabetização da pessoa cega? Quem são os participantes deste processo e qual papel desempenham dentro dele? Qual a importância da alfabetização para a vida da pessoa cega?

Esses questionamentos foram levados a uma pesquisa de campo do tipo mini-etnográfica realizada no dia 03 de fevereiro de 2014, no Centro de Apoio pedagógico ao Deficiente Visual – CAP/AP, com a colaboração de três alfabetizadores, sendo dois cegos e um vidente, que trabalham na alfabetização das pessoas cegas do referido Centro.

A coleta dos dados foi realizada em um grupo focal, por meio de um roteiro de 10 perguntas, elaborado como guia para o encontro e utilizado de forma flexível para incorporar outros tópicos relevantes para os participantes e para a questão em estudo. Os dados da pesquisa foram organizados em categorias – Conceitos e Percepções sobre Alfabetização; Formação Continuada sobre Deficiência Visual; Percepção de Professores quanto à Relação Família e Escola; Ferramentas Utilizadas no Processo de Alfabetização da Pessoa Cega; Percepções e Saberes sobre a Responsabilidade pela Alfabetização do Aluno Cego em Braille; e A Importância da Alfabetização em Braille para a Vida das Pessoas Cegas – para facilitar a análise das percepções dos alfabetizadores.

A pesquisa bibliográfica e a análise dos dados sobre as percepções dos alfabetizadores do CAP/AP, responderam aos questionamentos desse estudo, demonstrando a complexidade do processo de alfabetização da pessoa cega que requer conhecimento do sistema Braille e domínio das ferramentas específicas; apresentando os participantes do processo de alfabetização e os seus respectivo papéis dentro dela: a escola (como local responsável em receber os alunos cegos, garantindo-lhes igualdade de condições e assegurando uma educação de qualidade),

o AEE (como suporte especializado tanto para professores, quanto para os alunos inclusos, complementando e suplementando o seu aprendizado), a família (como extensão da escola na continuidade da prática dos aprendizados), o CAP (como apoio especializado para as pessoas cegas e na formação continuada de professores), e o professor (como mediador da inclusão, avaliando as necessidades específicas dos alunos cegos e aplicando as ferramentas necessárias para que ela aconteça).

As percepções dos alfabetizadores do CAP/AP, sobre o nosso último questionamento referente a importância da alfabetização em Braille para a vida da pessoa cega, enfatiza que ela contempla a sua autonomia, segurança, independência e qualidade de vida, possibilitando acesso à um mundo de informações que contribuem para um aumento na qualidade das suas relações sociais, avanço nos estudos e acesso ao mercado de trabalho.

Em face do exposto, o presente trabalho não teve a intenção de julgar o processo de alfabetização da pessoa cega ou dos envolvidos no mesmo, mas de conhecer e fazer conhecida as especificidades que o envolve.

A pesquisa destacou a importância da alfabetização em Braille para a vida da pessoa cega e a necessidade de um maior conhecimento das particularidades dela por todos os professores, já que este ensino começa nas séries iniciais e acompanha estes alunos por toda sua vida escolar. Quanto mais profissionais conhecerem as características dessa alfabetização inclusiva, maiores serão as reflexões em torno dela, gerando novos conhecimentos que favorecem sua promoção.

Contudo, o estudo dessa temática não se esgota neste trabalho, uma vez que esse estudo apresentou apenas as percepções dos alfabetizadores do CAP/AP, e o seu resultado destaca outros agentes envolvidos neste tipo de alfabetização, e que estão ligados diretamente ao sucesso dela. Portanto, é necessário conhecer as percepções das escolas, do AEE, das famílias e dos professores, e provocar uma troca de informações entre eles, para a realização de um trabalho em conjunto, buscando a superação dos desafios deste tipo de alfabetização tão essencial para a autonomia, segurança, independência e qualidade de vida das pessoas cegas.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Ministério da Educação. Resolução nº. 2, de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Congresso. Ministério da Educação. Resolução nº. 4, de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2018.

DEFENDI, Edson Luiz. **O livro, a leitura e a pessoa com deficiência visual**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2011.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

**FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/quem-somos/a-fundacao-dorina/>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

GABAGLIA, Leonardo Raja. **Alfabetização de alunos usuários do sistema Braille**. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/alfabetizacao-de-alunosusuarios-do-sistema-braille>>. Acesso em 26 mar. 2019. Entrevista a Elizabet Dias de Sá. 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Alma Educação, 2014.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público**: reserva de cargos em empregos públicos, administração pública direta e indireta. 3. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2016.

**INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT.** Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

LEMOS, Edison Ribeiro; VENTURINI, Jurema Lucy; ROSSI, Teresinha Fleury de Oliveira. **Louis Braille**: sua vida e seu sistema. São Paulo: Fundação Dorina Nowill Para Cegos, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas Públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORGADO, Fabiana. **Grupo focal**: fundamentos teóricos e metodológicos. 2016. 9 f. Projeto de Extensão (Área das Ciências Humanas e Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física e Desporto) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2016.

MOSQUERA, C. F. F. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba: Ibpx, 2010.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: deficiência visual. São Paulo: MEC/SEESP. 2007.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.** Campinas, v. 23, n. 8, dez. 2002.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Obras escogidas**: fundamentos de defectología. Tomo V. Trad. Ma. Del Carmen Ponce Fernández. Habana: Editorial Pueblo y Educación. 1989.

\_\_\_\_\_. Fundamentos de defectología. In: **Obras completas**. Tomo cinco. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

## **ANEXOS**

## **PESQUISA DE CAMPO**

Tema: O processo de alfabetização da pessoa cega

Local: Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP/AP

Entrevistados: Alfabetizadores do CAP/AP

Moderadores: Janeluce Lira da Silva e Waldecy dos Santos Cancela

### **QUESTÕES NORTEADORAS PARA O GRUPO FOCAL**

- 1- O que é alfabetização?
- 2- Vocês seguem algum modelo específico?
- 3- Em que ele se fundamenta?
- 4- Em que momento o processo de alfabetização inicia? Existe algum período de adaptação?
- 5- Quais os principais envolvidos neste processo?
- 6- Quais as principais ferramentas materiais e emocionais utilizadas nele?
- 7- Destaquem os principais pontos positivos e negativos desse processo.
- 8- O que vocês mudariam nele? Por quê?
- 9- Por que alfabetizar uma pessoa cega?
- 10- De que forma o resultado desse processo reflete socialmente na vida de uma pessoa cega?